

RECURSO ESPECIAL Nº 1.303.969 - SP (2011/0080270-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : WANESSA GODOI CAMARGO BUAIZ
ADVOGADO : CAMILA DELL AGNOLO DEALIS ROCHA - SP249924
RECORRIDO : EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A E OUTRO
ADVOGADO : MÔNICA FILGUEIRAS DA SILVA GALVÃO E OUTRO(S) - SP165378

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 210/219):

Indenização - Jornal - Nota publicada na coluna assinada pelo corréu - Direito de crítica - Atuação dentro do regular exercício de direito - Ausência de conotação ofensiva lesiva de porte a gerar direito indenizatório - Artistas devem conviver com os aplausos e críticas, ainda mais quando estas não têm intenção de denegrir a pessoa, ofender a honra, e tanto assim é que a carreira da autora segue adiante - Ação improcedente - Recurso provido.

Nas razões do recurso (e-STJ, fls. 222/231), o recorrente aponta violação dos seguintes dispositivos de lei:

(i) arts. 1º, 12 e 49 da Lei n. 5.250/1967, alegando que a empresa jornalística recorrida teria excedido os limites da liberdade de expressão e de informação garantidos pelos dispositivos legais supostamente violados, fato reconhecido em sede de primeiro grau de jurisdição, entendimento que fora modificado por ocasião da prolação do acórdão,

(ii) arts. 12, 17, 186 e 187 do Código Civil, pois o Tribunal recorrido se equivocou ao não reconhecer o dano decorrente de suposta ofensa aos direitos da personalidade do recorrente, tutelados pelos dispositivos acima citados.

Aduz ainda a existência de divergência jurisprudencial.

Busca, em suma, seja conhecido e provido o presente recurso para reformar o acórdão recorrido, de modo a reestabelecer a condenação proferida em sede de primeiro grau de jurisdição.

Contrarrazões apresentadas às fls. 307/327 (e-STJ).

Em decisão de fl. 405 (e-STJ), foi dado provimento ao agravo interposto contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial, tendo sido determinado o seu regular processamento.

É o relatório.

Decido.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado n. 2 do Plenário do STJ: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973*

(relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Da alegação de violação dos arts. 1º, 12 e 49 da Lei n. 5.250/1967

Preliminarmente, a pretendida incidência dos arts. 1º, 12, e 49 da Lei de Imprensa não oferece sustentação ao recurso especial – tendo em vista que o Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 130/DF, Rel. Ministro Carlos Ayres Britto, DJe n. 208 – divulgado em 5.11.2009 e publicado em 6.11.2009, "para o efeito de declarar não recepcionado pela Constituição de 1988 todo o conjunto de dispositivos da Lei federal n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967".

Nesse sentido:

RECURSOS ESPECIAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO À HONRA E À IMAGEM. PUBLICAÇÃO DE LIVRO COM A FOTO NÃO AUTORIZADA DO DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. UTILIZAÇÃO DE ADJETIVOS OFENSIVOS EM RELAÇÃO À PESSOA DO DEMANDANTE. EXTRAVASO DO DIREITO DE CRÍTICA OU INFORMAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE OPINIÕES CRÍTICAS EM RELAÇÃO AOS FATOS RELATADOS, ENVEREDANDO-SE PARA OFENSAS PESSOAIS AO EMPRESÁRIO.

1. Demanda indenizatória movida pelo Diretor-Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional contra a editora e o autor de obra, alegando-se o extravaso de seu intuito informativo ou jornalístico por ter enveredado para a imputação de adjetivos ofensivos à pessoa do demandante, seja no texto do livro, seja na própria capa, na qual, ainda, foi estampada a sua foto.

2. Desserve para os fins do recurso especial a alegação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal.

3. Não se conhece de recurso especial fulcrado, quanto ao propalado ato ilícito, apenas em dispositivos da lei de imprensa, estatuto normativo não recepcionada pela Constituição de 1988, na esteira do entendimento firmado pelo STF (ADPF 130).

4. Reconhecimento pelas instâncias de origem de excesso no exercício da liberdade de informação e do direito de crítica, mediante ofensas à honra e à imagem do demandante, caracterizando a ocorrência de abuso de direito (art. 187, CC).

5. Manifesta a mácula à imagem e à honra do demandante, ensejando o nascimento da obrigação de indenizar os danos causados. 6. Não se revelando exorbitante o valor arbitrado a título de indenização pelos danos morais, especialmente pelo espectro de alcance das ofensas perpetradas, incide o óbice da súmula 7/STJ. 7. RECURSOS ESPECIAIS DESPROVIDOS. (REsp n. 1.637.880 / SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 19.10.2017.)

Da alegação de ofensa aos arts. 12, 17, 186 e 187 do Código Civil

No que concerne à alegação de ocorrência de dano moral decorrente de suposta ofensa aos direitos da personalidade da recorrente, o Tribunal de origem assim se manifestou:

(...) A autora apelada alega que sofreu danos morais em razão de nota dita ofensiva elaborada pelo co-réu Odair e publicada em coluna do jornal da corequerida. Está assim redigida a nota dita ofensiva à honra da autora apelada: "FARINHA. Será que o marketing das empresas do Buaiz vai fazer promoção tipo leve farinha de trigo e ganhe CD da Wanessinha? Seria uma forma de o Zezé não precisar mais comprar os discos dela, NE?" (fls. 26). O recurso comporta acolhimento. Exerceu-se na redação da nota

publicada no Jornal Agora São Paulo, em coluna "Olá Agora" assinada pelo co-réu Odair apenas um direito de crítica sem conduto com intenção de injuriar, difamar ou mesmo ofender a honra da autora apelada. O direito de crítica é legítimo e pode e deve ser exercitado por qualquer pessoa, ainda mais em matéria jornalística. O que se tem é apenas o exercício do direito de Liberdade de Imprensa, em que não se vislumbra ter havido abuso, ou criação espontânea de fato. (...) No caso dos autos, a nota publica em coluna que tem como característica opinião e/ou crítica com certa dose de ironia, sendo inerente à atividade jornalística.(...) Além disso, é necessário que exista o dolo ou a culpa para que se estabeleça ao ofendido o direito de pleitear a reparação do dano. Como em outros processos em que a imprevisibilidade ou a inevitabilidade são causas excludentes de responsabilidade civil, nos processos de reparação dos prejuízos causados em consequência dos abusos da informação, pode ocorrer divulgação que não contenha obrigatoriamente dolo nem culpa. Nesses casos, não cabe ao ofendido qualquer direito ao ressarcimento do dano, seja moral, seja material. Aquele que age dentro de seu direito, a ninguém prejudica, por isso não será obrigado a indenizar. Quando a matéria veiculada se enquadra em uma das situações definidoras do não abuso, evidentemente não se caracteriza a causa geradora do dever de indenizar. (...) A reportagem do jornal limitou-se a uma crítica sobre a atividade da autora apelada, ou seja, uma crítica no sentido do eventual sucesso ou não de venda de CD por ela gravado e, em face disso, há uma imunidade ao autor da reportagem, ainda mais quando não houve dolo ou má-fé no sentido de ofender a honra da apelada. Apenas se criticou. Nada mais. Tenho realçado o poder/dever de informar da imprensa que, salvo abuso de direito, não gera direito indenizatório. Expressar opinião é um dos direitos mais nobres do homem no seio da sociedade, constituindo direito fundamental e elemento essencial democrático que garante a livre discussão das idéias. A nota redigida pelo co-réu e publicada no Jornal da co-requerida não tem a conotação de ofender a esfera íntima da apelada de tal forma que gere direito indenizatório. Fez ali crítica com certa dose de ironia, mas que está longe de ter conteúdo ofensivo lesivo de porte indenizatório. As pessoas do meio artístico devem conviver com os aplausos e também com as críticas, ainda mais quando estas, as críticas, não tem intenção de denegrir a pessoa, ofender a honra, e tanto assim é que a carreira da autora segue adiante (...).

Assim, tendo a Corte estadual concluído, com base nos elementos fáticos dos autos, que a matéria publicada não extrapolou o regular exercício do direito de informar, para dissentir de tal entendimento seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos, o que não se admite em recurso especial, por força da Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. IMPRENSA. PUBLICAÇÃO DE MATÉRIA JORNALÍSTICA. APRECIACÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. CONFIGURAÇÃO DO DANO MORAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando a Corte local pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.
2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).
3. O Tribunal de origem, com base nos fatos e nas provas dos autos, concluiu que a matéria publicada não extrapolou o regular exercício do direito de informar. Alterar esse entendimento demandaria reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em

recurso especial.

4. A simples indicação do dispositivo legal tido por violado, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a

teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.210.842 / SP, de minha relatoria, DJe de 19.4.2018.)

Da divergência jurisprudencial

Em relação à interposição do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional, a parte recorrente, além de nada referir acerca do dispositivo de lei sobre o qual pairaria o dissídio jurisprudencial, não restaram atendidos os requisitos estabelecidos nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/1973, e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Nos termos da pacífica jurisprudência desta Corte, a divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, tendo o recorrente se limitado a indicar o número do julgado paradigma no qual, após a análise do caso concreto, fora reconhecido excessos no direito de informação própria da atividade jornalística, o que não se observa no caso dos autos.

Ausente o devido cotejo entre o acórdão recorrido e o paradigma indicado, não há conhecer do recurso especial no que respeita.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VÍCIO NO ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL A QUO. INEXISTÊNCIA. DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS POR VIOLADOS. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. COMPROVAÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração têm ensejo quando há obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado, a teor do disposto no art. 1.022 do CPC/2015, sendo certo que o acórdão proferido pelo Tribunal a quo não padece de nenhum desses vícios.

2. Não se conhece de recurso especial que deixa de apontar o dispositivo legal violado no acórdão recorrido, incidindo na hipótese, por analogia, a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

3. Ressalvado o entendimento do relator, idêntica compreensão é aplicada ao apelo nobre interposto com fundamento em divergência pretoriana, na esteira do posicionamento da Corte Especial (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, Relator Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, Corte Especial, DJe 17/03/2014).

4. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados, nos termos dos arts. 255, § 1º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC/1973, o que não ocorre na situação sub examine.

5. Agravo interno desprovido (AgInt no AREsp 1.389.631 / ES, Tel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 11/6/2019.)

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator